

## Lobisomem juvenil: uma leitura biopolítica da adolescência

### Youthful werewolf: A biopolitical reading of adolescence

Marcia Tiburi<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
marciatiburi2011@gmail.com

---

**Resumo:** O texto propõe uma leitura da “adolescência” enquanto questão biopolítica a partir da análise do tópico da “vida nua”, tal como aparece em autores como Benjamin, Adorno, Foucault e Agamben. Questionando a violência hermenêutica na base da construção da identidade “adolescente”, o artigo busca mostrar como o filme “Um Lobisomem Americano em Londres” (Landis, 1981) já expunha a complexa relação entre adolescência e vida nua. O lobisomem é sua alegoria. Emancipar jovens do jugo discursivo a que estão expostos como vida nua constitui o impulso ético na base desse texto.

**Palavras-chave:** lobisomem, biopolítica, psicologização da adolescência, juventude.

**Abstract:** The paper proposes a reading of “adolescence” as biopolitics matter from the theoretical topic of “bare life” as it appears in authors such as Benjamin, Adorno, Foucault and Agamben. Questioning the hermeneutic violence on the basis of the identity construction “teenager”, the article seeks to show how the movie “An American Werewolf in London” (Landis, 1981) has expounded the relationship between adolescence and bare life. The werewolf is its allegory. Emancipating youth discursive yoke to which they are exposed as bare life constitutes its ethical impulse.

**Keywords:** werewolf, biopolitics, psychologizing of adolescence, youth.

---

### Questão preliminar: abuso epistemológico naturalizado

“Adolescência” é a categoria que, a partir dos estudos de psicologia genética do americano Stanley Hall, na virada do século XIX para o XX, define a juventude segundo um suposto caráter problemático. A expressão “Storm and stress” (tempestade e tormenta) seria sua metáfora mais adequada. Desde então, estudiosos já discutiram o elemento estigmatizante da “adolescência” (Melo e Cruz, 2012), outros desconstruíram a “natureza” e a “naturalidade” da adolescência em termos históricos (Muuss, 1976; Savage, 2009), delimitaram-na como categoria social, ou questionaram seu lugar como “fato” orientado por pesquisas científicas que ocultam a relação entre regulação do comportamento e construção do conhecimento (Lesko, 1996).

<sup>1</sup> Professora do curso de filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 296, Urca, 22290-240, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tomada como fase problemática da condição pessoal, a adolescência torna-se estigma. A “naturalização” da “anormalidade” adolescente à produção de identidade para os fins da dominação econômica e social em um contexto de violência epistemológica dirigida às pessoas assim definidas. Senso comum e ciência unem-se para “tratar” do jovem que está “naquela fase”. “Fase” corresponde ao que deve ser superado na direção de um tipo específico de adulto – “produtivo, racional e independente” –, que é tido como “normal” (Lesko, 1996, p. 142), contra uma inadequação adolescente, tida como “natural”. Como anormal, o adolescente seria o sujeito de necessidades a serem compreendidas cientificamente e, assim, atendidas.

A caricaturização presente no termo “aborrecente” define o adolescente, por sua vez, como nova figura da “anormalidade”. “Monstro cotidiano” no sentido foucaultiano, o adolescente que “naturalmente” “aborrece” deve ficar sob o cuidado e controle dos adultos capazes de analisá-lo. É nesse sentido que Nancy Lesko propõe que se investigue não apenas o aspecto da construção social da adolescência, mas a ontologia que está em sua base. Tentaremos mostrar como a base ontológica do termo adolescência, sua “naturalização”, é biopolítica.

O uso dos termos “adolescência” e “juventude” pode levar a confusões. A pesquisa de Marília Sposito, relativa aos “Estudos sobre Juventude em Educação” (1997), bem como ‘O Estado da Arte, sobre juventude na pós-graduação brasileira – Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)” (2009), nos permite pensar a problemática da definição de jovem e juventude. Em seu estudo, o termo adolescência aparece sobretudo como descritor em pesquisas do campo da psicologia (Sposito, 1997, p. 44). A distinção entre juventude e adolescência implica uma cisão qualitativa. As categorias analisadas por Sposito, tais como “jovem”, “estudante”, bem como “estudante trabalhador” separam-se das categorias “adolescente” e “adolescente-excluído”. A inexistência do descritor “adolescente trabalhador” vem confirmar um tipo de “identidade” marcada por estar completamente fora de qualquer relação de responsabilidade, tais como as implicadas em estudar ou trabalhar.

Estudo e trabalho servem como aspectos qualificadores do *jovem*, inscrevendo-o em uma relação social institucional bastante diferente do chamado “adolescente”. O nome adolescente serve àqueles cujas inscrições institucionais são unicamente a escola e a família, na qual parecem ocupar a posição de “subalternos”, no sentido daqueles que não falam de si mesmos (Spivak, 2010). Daí não haver sentido em usar o termo adolescente no mundo do trabalho. Adolescente não parece constituir uma qualificação positiva ou qualificada em termos de responsabilidades.

A análise de uma figura da margem, como a do lobisomem, pode ser elucidativa no projeto de crítica aqui proposta na intenção de discutir as qualificações da adolescência. Figura de alta relevância simbólica no contexto das narrativas criadas para “adolescentes”, o lobisomem parece ser a imagem que melhor simboliza a condição adolescente enquanto figura da “vida nua”. O filme “Um lobisomem americano em Londres” (1981) – que nos lembra da expressão “lobisomem juvenil”, título de uma música da banda Legião Urbana – fornece-nos a chance de um questionamento quanto à manutenção da fundação onto-epistemológica da adolescência.

### **Alegoria da vida nua: um lobisomem americano em Londres**

Filmes atuais substituem o lobisomem besta-fera dos filmes antigos por uma figura praticamente domesticada. Realocada no universo da casa, a potência selvagem e indomável do monstro foi de certo modo perdida. Brincando um pouco, podemos dizer que vampiros e lobisomens foram à academia de ginástica, ao *shopping*, e voltaram com a periculosidade dissipada depois de um banho de loja. Não é, contudo, gratuito que esses seres interessem tanto ao campo do que podemos chamar de “indústria cultural da adolescência”, pois é domesticada e controlada que a “monstruosidade” adolescente se torna mercadoria.

Monstruosidade da margem, habitante da floresta, o lobisomem representa a ruptura com o limite entre humanidade e animalidade, entre cultura e natureza. Nem homem, nem animal, assim como o adolescente que não é nem criança e nem adulto, o lobisomem é um ser ao qual só resta habitar o espaço indistinto entre dois campos, o da cidade e o da selva, aprisionado, portanto, em uma zona de exceção. A condição de ser limítrofe do lobisomem aprisionado à indecibilidade de sua própria natureza permite a analogia com o jovem heteroclassificado como “adolescente”. Nesse sentido, Rosângela Soares (2000, p. 156) tem razão ao dizer que “nossa relação com a adolescência é feita de desconfiança, medo e repressão preventiva”.

No alegórico filme de John Landis – o mesmo que, em 1982, dirigiu o famoso *Thriller* de Michael Jackson –, dois garotos nova-iorquinos viajam de férias pelo norte da Inglaterra quando são atacados por um ferocíssimo animal. Um dos garotos se torna um zumbi, o outro sobrevive e, enquanto herdeiro da maldição do lobisomem, pagará o preço da metamorfose que temporariamente o mantém vivo.

Minutos antes do ataque do lobisomem, os jovens entram em uma taberna onde pessoas sabem do perigo

que ronda por ali. Em vez de avisá-los, evitando que andem naquele lugar à noite, os adultos apenas sugerem que se afastem do pântano e que permaneçam na estrada. Não percamos seus limites, não cruzem fronteiras que não podem ser cruzadas (Cohen, 2000, p. 43). Entregam ao monstro as vítimas totalmente inconscientes do que pode lhes acontecer, como que lavando as mãos. Servem-se do monstro como um “*alter ego*” que pratica o crime que eles mesmos talvez desejassem praticar. Irresponsabilizando-se quanto aos jovens, livram-se do dever social, jurídico e humano que lhes caberia.

A posição dos jovens em férias escolares, sem nenhuma responsabilidade, nos coloca diante da questão da adolescência como subclasse da juventude em seu sentido mais “des-qualificado” possível, a saber, aquele que implica o banimento do cenário coletivo, comum, político, responsável como sujeito de direitos e deveres.

Como diz Cohen, “os monstros são nossos filhos” (2000, p. 54). O gesto dos adultos em relação aos jovens é decisivo para a compreensão do elemento político que está presente na construção simbólica do adolescente enquanto lobisomem. Podemos dizer que os adultos do filme são alegorias do Estado, da Escola, da Família, das instituições em geral. O gesto do desaviso e, ao mesmo tempo, de abandono, é também ambíguo: do descaso ao desamparo, o adolescente não merece nada e está condenado à morte. A exponibilidade a perigos acompanha a posição dessas pessoas ao mesmo tempo tuteladas em um mundo violento, o que confirma a zona de exceção da lei na qual adolescentes são postos por adultos. Não são monstros porque vêm “naturalmente” das margens, mas são monstros por que nelas foram culturalmente colocados no programa de abandono biopolítico.

Fundamental é que o lobisomem seja, neste filme – como na lenda tradicional –, um ser do pântano, uma monstruosidade da zona da margem que não tem contato com a vida urbana. Essa oposição entre selvagem e urbano é constitutiva do lobisomem que aparece na cidade como intruso. O filme é uma alegoria da oposição entre a qualificada vida adulta (urbana) e a desqualificada vida “adolescente” (na margem).

O jovem que sobreviveu ao ataque do lobisomem torna-se lobisomem, chega ao hospital, onde é cuidado por uma enfermeira também jovem, mas não adolescente, que o acolhe em sua casa e com quem ele pode viver bons momentos sexuais e amorosos. O acolhimento por uma mulher é emblemático da condição tanto do adolescente quanto da mulher, ambos reduzidos a corpos seja pela marca da “sexualidade incontrolável”, nascente e indomesticada, seja pelos hormônios “à flor da pele”, seja pela “sensualidade”. Aspectos da “vida selvagem” usados para marcar heteronomamente esses seres.

No campo que opõe selvagem e civilizado, irrompe o que não tem lugar na vida diária. Enquanto a enfermeira vai trabalhar, o jovem fica em casa, sem ter o que fazer, pois não está inscrito no mundo “civilizado” dos afazeres, da escola, do trabalho. Na condição de lobisomem, interpretado pelo adulto mundo da ciência – no caso, a medicina – como um simples doente, ele sobra como um ser perdido e sem função, dominado por sua corporeidade monstruosa.

É dentro de casa que ele sofrerá sua primeira metamorfose. Como um jovem na puberdade que descobrisse seus primeiros pelos, a menstruação, a primeira ereção, os peitos a crescer, o jovem lobisomem apavora primeiro a si mesmo. Assustado e irritado, ele sai para a rua. Sem ter lugar na ordem urbana, o lobisomem não terá saída a não ser a morte, tanto a sua praticada pelos outros, quanto a dos outros praticada por ele mesmo. Inconsciente de si, o lobisomem é o incontrolável assassino nato e precisa ser morto. A guerra com a polícia – a instituição da violência soberana – é inevitável.

Ao mesmo tempo, o lobisomem é a figura de uma revolta, da violência que irrompe contra a violência à qual é condenado. Sem chance de escolher seu próprio destino, seu amigo “zumbi” lhe serve de consciência, como um espírito que vem dizer a verdade àquele que foi amaldiçoado em seu corpo, sem que ele possa acreditar nele. O amigo zumbi afirma apenas que ele precisa morrer para não continuar a matar. O círculo é vicioso.

O lobisomem, diferente do zumbi fantasmático e morto, está fundamentalmente vivo, o que é essencial relativamente ao estatuto da vida de um ser que habita margens políticas. Que, no filme, o jovem transformado em lobisomem por uma maldição seja morto a tiros pela polícia e apareça literalmente nu quando volta à forma humana, é a demonstração clara do estatuto de sua vida, a “vida nua” ou “mera vida”, sobre a qual falaremos a seguir.

## Vida nua

Na gangue ou no grupo consumidor que transita pelos centros comerciais, o adolescente é “minoria”, no sentido de ser um representante de um tipo de vida. Trata-se da “vida sacrificável”, da “vida nua” implicada na “identidade” heterodenominada adolescente. Mesmo no âmbito do grupo, o adolescente é exilado em seu próprio corpo. Aparição comum do indivíduo a ser corrigido em nossa época, o adolescente é vítima das práticas “anatomopolíticas” (Foucault, 2001) que vão de cirurgias plásticas a aparelhos nos dentes, medidas usadas contra o corpo que tende à desmedida. A necessidade de corrigir esse corpo que “cresce”, lembrando a anormalidade, remete a algo de recalcado. A escola, nesse contexto, torna-se

o campo da “corrigibilidade incorrigível”, o “centro de uma aparelhagem de correção” (Foucault, 2001, p. 73).

Walter Benjamin pôs em cena a questão da “vida nua” em um texto chamado “Para uma crítica da Violência” (*Zur Kritik der Gewalt*) (1991). Nesse texto, o termo “Gewalt” é já uma questão, pois que, na língua alemã, indica um tipo de poder que é, ao mesmo tempo, violência. A questão da “vida nua” surge em Benjamin como o elemento sobre o qual incide essa violência/poder. Benjamin chama de violência mítica (*mytischen Gewalt*) aquela que remete à culpabilização da “mera vida natural” (*blossen natürlichen Lebens*), “que põe o inocente e infeliz vivente em mãos da expiação para purgar essa culpa” e que, “por sua vez, redime o culpável não de uma culpa, e sim do direito” (Benjamin, 1991, p. 42). Ainda segundo Benjamin, “a dominação do direito sobre o ser vivente não transcende a mera vida”. Benjamin diz, além disso, que “a violência mítica é a violência sangrenta sobre a mera vida”.

Se pensarmos no ato praticado pelos adultos no filme de Landís, temos que todos os que estavam presentes na taverna onde os jovens procuraram abrigo eram cúmplices de um assassinato possível, pois lançaram os jovens à morte inevitável no encontro com o monstro das margens. Os jovens são lançados a uma punição como se fossem culpados por simplesmente estarem a passear livremente. Os jovens estavam fora de um lugar ao qual deviam ser aprisionados e precisavam ser reconduzidos a ele. Esse lugar era a margem da natureza selvagem que o filme alegoriza tão bem.

O monstro é o fora da lei, habitante da margem, como é o bandido. Os adultos se colocam em uma posição paradoxal, aquela que inclui enquanto exclui a própria monstruosidade. Tornam-se cúmplices daquilo que desejariam, em princípio, afastar. Enquanto lançam vítimas indefesas em sua direção, alimentando o monstro do qual sentem horror, eles mesmos são monstros. Na cena inicial do filme, os adultos são evidentes representantes das instituições que jogam na margem todos os indesejados. A instituição é o direito que implica a ausência de direito, o poder que implica, em sua fundação, a violência e a culpabilização irrevogável da “mera vida”. Em outras palavras, as instituições são, no sentido de Benjamin, representantes do direito, mas, no ato de representarem a violência mítica, acabam por escapar da esfera do direito, cometem, assim, a violência por meio da lei que defendem.

Adorno e Horkheimer escrevem, durante o período nazista, exilados nos Estados Unidos, a *Dialética do Esclarecimento* (1985), voltando ao motivo da “mera vida” do corpo vivo sempre capturado pela dominação e subjugado ao sistema. Segundo eles, “sob a história

conhecida da Europa corre, subterrânea, uma outra história. Ela consiste no destino dos instintos e das paixões humanas recalçados e desfigurados pela civilização” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 216).

A impressionante história do lobisomem pode ser contada a partir dessa frase. A figura do lobisomem não seria a do herdeiro do “destino dos instintos e das paixões humanas recalçados e desfigurados pela civilização”? O termo “desfiguramento” (*Entstellung*) é esclarecedor, enquanto sinaliza para uma violência que altera a forma original de algo. Desfigurado é aquilo que perde sua forma em função de algum processo de deturpação de sentido, de distorção. Os autores seguem dizendo que “o fascismo atual, onde o que estava oculto aparece à luz do dia, revela também a história manifesta em sua conexão com esse lado noturno e ignorado tanto na legenda oficial dos estados nacionais, quanto em sua crítica progressista” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 216).

Mais adiante, os autores comparam deliberadamente os fascistas, estes que estavam ocultos e vieram à luz, com lobisomens (*Werwölfe*). Seriam eles os seres do “lado noturno e ignorado” que se manifestam sem que façam parte da “legenda oficial dos estados nacionais”. Adorno e Horkheimer, pensadores sociais que uniram a psicanálise ao marxismo, localizam no indivíduo particular a “culpabilidade” original enquanto são matáveis e enquanto são assassinos. Isso porque os indivíduos fascistas têm uma função no sistema: são “empregados pelos donos do poder”. Segundo as palavras dos autores, que devemos acompanhar de perto:

Mas o assassino, o homicida, os colossos animalizados, que são secretamente empregados pelos donos do poder – legais e ilegais, grandes e pequenos – como seus executores, os homens violentos, que estão sempre aí quando se trata de eliminar alguém, os linchadores e os membros da Ku-Klux-Klan, o brutamontes que logo se ergue quando alguém começa a querer aparecer, as figuras terríveis às quais a gente se vê entregue tão logo a mão protetora do poder se retira, quando se perde dinheiro e posição, todos os *lobisomens* que vivem nas trevas da história e alimentam o medo sem o qual não haveria nenhuma dominação: neles, o amor-ódio pelo corpo é brutal e imediato, eles profanam tudo o que tocam, aniquilam tudo o que vem à luz, e esse aniquilamento é o rancor da reificação, eles repetem numa fúria cega sobre o objeto vivo tudo o que não podem mais fazer desacontecer: a cisão da vida no espírito e seu objeto. O homem os atrai irresistivelmente, eles querem reduzi-lo ao corpo, nada deve continuar a viver (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 218, grifo meu).

Segundo o texto citado, aquele que é reduzido à “mera vida” não é mais apenas a “mera vítima”, mas a vítima

transformada em instrumento do sistema, ou seja, uma vítima usada para acobertar a própria falha do sistema, para fazer o próprio “serviço sujo” do qual depende o sistema. A vítima recebe a culpa e é em nome da culpa que se torna culpada, assassina, bandida. Vítima e algoz, em uma figura só, eis o que é o “lobisomem”. Como o “capo” em um campo de concentração. O lobisomem do filme assemelha-se a essa figura. Aquele que está exposto ao assassinato enquanto se torna assassino.

Na visão dos autores, se os fascistas – também os membros da Ku Klux Klan – eram assassinos, não o eram sem emprego. Eram representantes do Estado e, mesmo assim, não deixam de ter sua equivalência com os seres da margem. Uma correspondência curiosa aparece aqui. “Todos os lobisomens que vivem nas trevas da história” e “alimentam o medo sem o qual não haveria nenhuma dominação” são, como no filme de Landis, cúmplices daquilo que rejeitam. Os adultos do filme, tomando suas cervejas, aconchegados no bar, têm medo do que está lá fora, mas isso equivale a ter medo do que eles mesmos criam – sem perceber que criam – enquanto ajudam a promover o medo. Assim, podem ficar aconchegados em sua taverna, fechados no grupo em que estranhos não são admitidos. Não é diferente o que acontece com os jovens que, abandonados e sem lugar, lançados à margem da sociedade, encontram entre si um modo de sobreviver.

O que está em questão no texto do “Interesse pelo corpo” da Dialética do Esclarecimento supracitado, é o rebaixamento ao corpo, que, no âmbito da cultura, chegará ao “amor-ódio” (*Hassliebe*) pelo corpo (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 216). Falando da mutilação civilizatória, os autores colocam dois mundos em cena: um da razão tradicional, que calcula e mede – a mesma do fascismo como ápice da racionalidade da dominação –, e um outro mundo, o do corpo recalçado. Eles nos falam de “estigmatização do corpo”, que vale para escravos e trabalhadores, e a comparam com a “humilhação da carne pelo poder”, em que está em cena a hierarquia histórica entre os “melhores” e “os piores”, sendo os piores os que representam aqui o que podemos chamar justamente de “vida nua”. No caso do que estamos tentando entender, os adolescentes. O motivo da cisão entre corpo e espírito está claro. Em suas palavras, “O destino dos escravos da antiguidade foi o destino das vítimas até os modernos povos colonizados: eles tinham que passar como sendo os piores. Havia duas raças na natureza: os superiores e os inferiores” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 216). Essa divisão entre superiores e inferiores tinha como medida o corpo do trabalhador enquanto negativo do espírito: “O corpo explorado devia representar para os inferiores o que é mau, e o espírito, para o qual os outros tinham o ócio necessário, devia representar o sumo

bem” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 216). Segundo os autores (1985, p. 216), “esse processo possibilitou à Europa realizar suas mais sublimes criações culturais” (seria a adolescência uma dessas criações, que, todavia, só veio a vingar com a força do capitalismo como “Espetáculo” no imaginário americano?), o que obriga a um questionamento sobre o sentido dessas criações.

## Vida nua e crueldade

Adorno e Horkheimer falam de “controle sobre o corpo” (*Kontrolle über den Körper*) como a “obscena maldade que é o amor-ódio pelo corpo, que permeia a mentalidade das massas ao longo dos séculos”. Muito próximos ao tema do texto de Benjamin, os autores dirão que, “na relação do indivíduo com o corpo, o seu e o de outrem, a irracionalidade e a injustiça da dominação reaparecem como crueldade (*Grausamkeit*)” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 217).

O texto da Dialética do Esclarecimento faz avançar a questão da “vida nua”, ao colocar em cena o “corpo vivo” (*Leib*) que se torna “corpo morto”. A crueldade contra o corpo vivo é o que restou à civilização, que transformou o que era vivo em mero objeto, uma espécie de corpo mensurável, o que simplesmente ocupa lugar no espaço. Isso só foi possível pela crueldade, que tem a função de uma “mediação” negativa que conduz do corpo vivo ao cadáver. Aquilo que os autores chamam de “amor-ódio” é o efeito de uma cultura que precisa rejeitar o corpo, tratá-lo como máquina, no extremo, como cadáver, ao mesmo tempo em que, de algum modo, o ama. O dualismo que explica o corpo como algo separado do espírito, só pode fazê-lo enquanto o corpo é aquele “escarnecido e repellido como algo inferior e escravizado” que, de qualquer modo, é “desejado como o proibido, reificado, alienado” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 217). Nessa cultura, “que conhece o corpo como coisa que se pode possuir”, é como se o espírito fosse inventado contra o corpo, mas o próprio espírito só é possível se o corpo é tornado “objeto, coisa morta, *corpus*. Aquilo que os autores chamam de “autorrebaixamento do homem ao *corpus*”, o recalque da natureza viva, faz surgir a “compulsão à crueldade e à destruição” que tem origem no “recalcamento orgânico”, uma repulsa a tudo aquilo que é “incivilizado” no corpo, tudo o que nele pode ser tornado “tabu”.

## Crueldade e medida

O “aprisionamento hermenêutico” do adolescente na medida em que é a própria adolescência que constitui uma violência sutil: adolescente é aquele que pertenc-

ce a um tempo, a uma “faixa etária”, e também a um “espaço-corpo”. Foi medido por todos os lados. Como nomenclatura derivada das categorias de tempo e espaço, a “adolescência” constitui-se no campo de uma verdadeira prisão transcendental em que o tempo – a idade –, bem como a noção de espaço – o corpo – e território – o campo onde ele habita – configuram uma experiência completa de manipulação pelo “gigantesco aparelho” de que falam Adorno e Horkheimer (e que, bem antes do dispositivo de Foucault (1999), já sinalizava para o caráter “dominador” do sistema contra os corpos). Podemos dizer que, por meio do “gigantesco aparelho”, a crueldade contra o corpo é elevada a método.

O parágrafo citado extensamente a seguir evidencia a tríade entre esporte, crueldade e mensuração que parece caracterizar nosso tempo, permitindo-nos pensar o tema da adolescência:

Os que na Alemanha louvavam o corpo, os ginastas e os excursionistas, sempre tiveram com o homicídio a mais íntima afinidade, assim como os amantes da natureza com a caça. Eles veem o corpo como um mecanismo móvel, em suas articulações às diferentes peças desse mecanismo, e a carne o simples revestimento do esqueleto. Eles lidam com o corpo, manejam seus membros como se estes já estivessem separados. A tradição judia conservou a aversão de medir as pessoas com um metro, porque é do morto que se tomam as medidas – para o caixão. É nisso que encontram o prazer os manipuladores do corpo. Eles medem o outro, sem saber, com o olhar do fabricante de caixões, e se traem quando anunciam o resultado, dizendo, por exemplo, que a pessoa é comprida, pequena, gorda, pesada. Eles estão interessados na doença, à mesa já estão à espreita da morte do comensal, e seu interesse por tudo isso é só muito superficialmente racionalizado como interesse pela saúde. A linguagem acerta o passo com eles. Ela transformou o passeio em movimento e os alimentos em calorias, de maneira análoga à designação da floresta viva da língua inglesa e francesa pelo mesmo nome que significa também madeira. Com as taxas de mortalidade, a sociedade degrada a vida a um processo químico (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 220).

Toda uma cultura do corpo, o “louvor do corpo”, ao mesmo tempo, implica o ódio ao corpo. O elogio da força bruta relaciona-se ao elogio da violência. À “afinidade dos amantes da natureza com a caça”, poderíamos acrescentar a afinidade dos amantes da pornografia com o assassinato de mulheres (sempre jovens e sempre marcadas e medidas por sua condição sexual). Os que amam a juventude também querem imitá-la e/ou aniquilá-la. Medida, ela pode ser tratada como objeto e, na condição de carne, como caça.

Essa cultura da “medida”, que olha o outro como o “fabricante de caixões” aplica-se a crianças e jovens.

Ser criança e ser adolescente são heterodenominações relativas a medidas anatômicas (tamanho, peso), estéticas (beleza, feiúra) e cognitivas (inteligência, deficiência) usadas desde o nascimento. Jovens são medidos como altos, baixos, belos, feios, gordos, magros (a anorexia é um problema de medida, bem como a obesidade) e intrometem a medida, medem a si mesmos diante dos outros. A cultura da medida cria a ciência como sua validação. Os conceitos psicológicos de infância e de adolescência dependem dessa forma de categorização, do operador da “medida” sob a qual a desmedida sobrevive representada pelo lobisomem.

Na mensuração, o outro é humilhado. Medido, ele é marcado e é deduzido. A questão da redução, do rebaixamento, da mensuração, tem relação direta com a lógica da “dedução”, que é simbólica de um assassinato. Adolescente é o termo usado contra quem é constantemente “deduzido” na cultura que não tem interesse algum em defender sua alteridade real. Fazer o “outro” morrer é a solução.

Eleito do que podemos chamar de grande mensuração, da imensa marcação, assim como a mulher (o escravo e o animal), o jovem adolescente surge para o seu algoz como um ser carregado de hormônios e de desejos sexuais que devem ser eliminados com ele. Subalterno sujeito da “puberdade”, da “sexualidade latente”, ele deverá ser controlado pela “civilização”. Que a cultura da repressão ao prazer desaprove o sexo dos jovens enquanto veja nesses mesmos jovens um *plus* de sexualidade explica-se no fato de que, “na sexualidade livre, o assassino teme a imediatidade perdida, a unidade originária na qual não pode mais viver. Ela é o morto que ressurge para a vida” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 220).

Também há o corpo e o que os adultos constroem como o sexo dos jovens. Nesse contexto, traduzindo “adulto” ou “instituição” pelo termo “assassino”, as coisas parecem se explicar: “O assassino reduz tudo a uma única coisa, reduzindo-a a nada, porque ele tem que sufocar a unidade dentro de si mesmo. A vítima representa para ele a vida que superou a separação, ela, a vida, deve ser quebrada e o universo deve se reduzir ao pó e ao poder abstrato” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 220).

No texto de Adorno e Horkheimer, em que uma desmontagem radical do cinismo civilizatório está em cena, percebemos toda a estrutura da crueldade que não se confunde com o sacrifício direto da vítima sem antes muitas mediações simbólicas. A entrega da vítima ao ventre do sistema se dá por meios sutis. A devoração pela “gigantesca aparelhagem” precisa ser organizada metodicamente.

## Homem-lobo

Em *Homo Sacer* (2002), Giorgio Agamben traça linhas claras da relação entre o que Benjamin chamou de Vida Nua e o que Foucault denominou “biopoder” (Foucault, 1999, p. 132) enquanto “cálculo” que o poder faz sobre a vida. O cálculo foucaultiano é da mesma ordem da medida que vimos no texto da Dialética do Esclarecimento, não citada por Agamben.

*Homo sacer* é a figura do direito romano que, em sendo condenado por um crime como o de parricídio, não será condenado à morte, antes, será sacralizado em um ritual que o posiciona em uma contradição: o indivíduo que é sacralizado torna-se, ao mesmo tempo, matável por qualquer um no ato mesmo em que é “sacralizado”. Sem poder ser morto dentro de um ritual religioso ou jurídico, pois, como “sacro”, foi devotado aos deuses, ele pode, no entanto, ser morto por qualquer um.

A questão desenvolve-se, em Agamben, em uma história de argumentos que tentaram resolver a justaposição entre “impunidade da morte” e o “veto de sacrifício”. Em jogo, vemos a “impunidade da matança e a exclusão do sacrifício” (Agamben, 2002, p. 89), configuração que funciona como uma exceção do direito. A questão do *homo sacer* supera, para Agamben, a *sacratio* no seu sentido mais tradicional e chega à “matança”. A “*consecratio*” faz alguém passar do plano humano, profano, ao plano divino, “no caso do *homo sacer*, uma pessoa é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem ultrapassar para a divina” (Agamben, 2002, p. 89). A violência contra o *homo sacer* não constituiria, por isso, sacrilégio, porque ele não é uma figura do sacrifício. Antes “o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacriticabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. A vida insacriticável e, todavia, matável, é a vida sacra” (Agamben, 2002, p. 90). O *homo sacer* está preso a uma dupla exclusão e exposto a uma violência dupla: sua morte não é nem sacrifício nem homicídio, porque não é algo punível, não é algo que se torne um crime. Cabe entender se, nesse sentido, não há um nexo com entre lobisomem, adolescente e *homo sacer*.

A ambiguidade com que a cultura trata os adolescentes depende de uma ampla visão de mundo em que a pessoa heterodenominada “adolescente” é eleita como representante de um paradoxo: o velho paradoxo da soberania (Agamben, 2002, p. 23). De um lado, se é sacralizado – tratado como o portador de um poder que não afirma os mesmos deveres que outros –, de outro, ele é sacrificado – tratado como um pária, sem direitos, como alguém que deve sofrer todos os abusos e pagar o preço que outros já não precisam pagar. O preço de

se ser jovem em uma cultura que, ao mesmo tempo em que se elogia a juventude, a condenada.

Neste ponto, podemos ir ao capítulo específico sobre O Bando e o Lobo que toca diretamente no tema do lobisomem. Segundo Agamben, o homem sacro pertence a algo como uma “vida pré-social” (Agamben, 2002, p. 111). Irmão do *homo sacer* seria aquele que, na antiguidade germânica, foi o bandido chamado de “wargus, vargr, o lobo, e, no sentido religioso, o lobo sagrado, vargs e veum”. Agamben cita Jhering, o autor que primeiro teria confrontado “a figura do *homo sacer* com o wargus, o homem-lobo, e com o *friedlos*, o “sem paz” do antigo direito germânico” (Agamben, 2002, p. 111). A doutrina da *sacratio* seria análoga à da “*Friedlosigkeit*” elaborada no século XIX por Wilda, para quem o bandido seria o *friedlos* (sem paz), o excluído da paz na qual se fundaria a vida política. Segundo Agamben, a condição limite do bandido como homem-lobo, cabeça de lobo e lobisomem, o homem que é o lobo do homem hobbesiano, aparece tanto em fontes germânicas quanto anglo-saxônicas. “Aquilo que deveria permanecer no inconsciente coletivo como um híbrido monstro entre humano e ferino, dividido entre a selva e a cidade – o lobisomem – é, portanto, na origem a figura daquele que foi banido da comunidade” (Agamben, 2002, p. 112). O que, podemos dizer, como tudo o que é recalcado, reaparece na forma de uma estranheza inquietante, o familiar que é estranho como nos mostrou Freud em seu texto sobre o “Unheimliche” (2010).

É exatamente o que vemos na primeira supracitada cena do filme: a comunidade da taverna exclui, bane, os seus futuros “lobisomens”, enquanto não são lobisomens, para que se tornem, inevitavelmente, pelo próprio banimento, lobisomens. Os banidos, dirá Agamben, são “homens lobo” e não só lobos:

A vida do bandido – como aquela do homem sacro – não é um pedaço de natureza ferina sem alguma relação com o direito e a cidade; é, em vez disso, um limiar de indiferença e de passagem entre o animal e o homem, a *physis* e o *nómos*, a exclusão e a inclusão: loup garou, lobisomem, ou seja, nem homem, nem fera, que habita paradoxalmente ambos os mundos sem pertencer a nenhum” (Agamben, 2002, p. 112).

A “lupinificação” do homem e a “humanização do lobo” explicam, para Agamben, a condição da dissolução da vida em comum nas cidades, da violência soberana e da própria constituição do Estado como lugar onde cidadãos abandonam o direito em nome de um soberano que, somente a partir desse abandono, tem o direito de punir.

A violência soberana não é, na verdade, fundada sobre um pacto, mas sobre a inclusão exclusiva da vida nua no Estado.

E, como o referente primeiro e imediato do poder soberano é, neste sentido, aquela vida matável e insacrável que tem no *homo sacer* o seu paradigma, assim também, na pessoa do soberano, o lobisomem, o homem lobo do homem, habita estavelmente a cidade (Agamben, 2002, p. 113).

Característico da metamorfose em lobisomem é que o indivíduo possa “despir-se e recuperar sem ser visto as vestes humanas” (Agamben, 2002, p. 114). Correspondendo ao estado de exceção, “a cidade se dissolve, e os homens entram em uma zona de indistinção com as feras”. A insígnia da soberania – a capacidade de matar os outros – e da vida nua – a de ser morto pelos outros, confundem-se.

Outro aspecto importante para a compreensão da vida nua representada pelo lobisomem é a duplicidade de sua condição de ser que vive na indistinção entre natureza e selvageria. Enquanto incluso e excluído da cidade e da natureza, ao mesmo tempo, a condição própria do lobisomem, *homo sacer* e soberano ao mesmo tempo, refere-se ao que Agamben denomina “bando”. A formulação serve para sinalizar para a existência da figura que é sempre presa e livre ao mesmo tempo. Está em situação de “bando” aquele que foi “abandonado”, lançado à própria sorte. É, pois, a “estrutura de bando” o que devemos ter em mente, “o *nómos* soberano que condiciona todas as outras normas, a espacialização originária que torna possível e governa toda localização e toda territorialização” (Agamben, 2002, p. 117).

O que dizer dos jovens heterodenominados “adolescentes”? Que são postos em “bando”: “à mercê de...” ao mesmo tempo em que “livremente” lançados nas ruas das grandes cidades na forma de grupos de identidades forçadas. Mas o que dizer desses jovens que, simplesmente abandonados à mera vida, não se reúnem a outros e simplesmente, matam e morrem?

### À guisa de conclusão: o delinquente

A construção do adolescente como um ideal social faz dele a vítima sempre pronta da razão de Estado. No filme que nos serve de objeto de análise, vemos esta figura institucional, o Estado, tanto representado pelos “adultos” da taverna quanto em todos os outros, do médico que descobre o “problema” do jovem lobisomem, até a polícia que o persegue e mata, é a mesma violência como poder que se manifesta pronta a destruir aquilo que ela mesma criou: o adolescente como uma aberração. O lobisomem, representante mor da hostilidade dos inferiores, será um símbolo da “vingança desesperada contra a vida” que ele aniquilará como ele mesmo foi aniquilado. A hostilidade do “lobisomem” é, naquele caso, parte do sistema. Nas palavras de Adorno e Horkheimer:

Essa hostilidade dos inferiores, outrora cuidadosamente cultivada e alimentada pelos superiores laicos e espirituais, à vida que neles se atrofiou e com a qual se relacionam, homossexual e paranoicamente, pelo homicídio, essa hostilidade foi sempre um elemento indispensável para a arte de governar (1985, p. 219).

É justamente a “hostilidade dos inferiores” fomentada pela “arte de governar” de que falam Adorno e Horkheimer o que nos ajuda a interpretar a crueldade praticada por jovens chamados “delinquentes” contra, inclusive, outros jovens. O delinquente, em sua condição de “monstro”, tem ligação direta com o adolescente “irresponsável”.

Dentre os muitos trabalhos sobre “delinquentes”, Antonio Spagnol, sob o título de “Jovens perdidos”, faz pensar na figura do lobisomem. Spagnol põe em cena a perplexidade quanto ao prazer de certos jovens assassinos “em destruir o corpo do outro, ver o sangue escorrer numa espécie de ritual macabro” (Spagnol, 2008, p. 20). O autor fala de crimes que vão muito além do mero ato de matar, que atingem a crueldade como se ela fosse aquela “vingança” de que já falamos. O estudo de Spagnol mostra que os crimes cruéis não são praticados por “gangues” (Spagnol, 2008, p. 21). São constantemente praticados em duplas ou solitariamente por jovens que não têm elos. O que reforça a ideia de que esses garotos, que não pertencem sequer a um bando, encontram-se na situação de “lobisomens” e são figuras contemporâneas do *homo sacer*. Que a sociedade responda a eles, como nos diz Spagnol, “com violência e discriminação proporcionais à violência que cometeram” (Spagnol, 2008, p. 24) vem apenas confirmar que esses jovens “lobisomens”, perdidos e bandidos, são a expressão de uma crueldade da própria sociedade da qual estão excluídos (sem direitos) e, ao mesmo tempo, incluídos como bandidos, completamente enquadrados como “delinquentes”. Que “o uso da violência como forma de maior expressão” configure sua lógica, não é de admirar. O fato de que, neste estudo, o autor queira ir além das questões das explicações pela pobreza e pela exclusão social faz sentido enquanto percebe “o surgimento de uma individualidade que permeia as ações” (Spagnol, 2008, p. 27). Ao mesmo tempo, essa individualidade, na forma como é apresentada, faz pensar, por um lado, em uma profunda “dessubjetivação”, por outro, em uma subjetivação pela crueldade que configura o indivíduo violento e vingativo, uma espécie de bandido frio e consciente (representante da racionalidade da qual ele mesmo é vítima) que, ao mesmo tempo, se sabe habitante de um mundo diferente, o que Spagnol chamará de “cultura



delinquente” (2008, p. 36). O jovem “delinquente” tem a consciência de habitar um mundo próprio, diferente do mundo dos outros. Não sabe, no entanto, que é vítima e representante de seu próprio algoz.

Poderíamos, nesse caso, falar do “adolescente” como o “eterno excluído”, mas também de adolescentes ainda mais excluídos por condições sociais e econômicas. Essa exclusão, ao mesmo tempo, só é possível, pelo processo de sacrifício que está na base da sacralização. Em termos simples: o adolescente é aquele jovem que foi condenado, rebaixado a um corpo hormonal e sexual, objetificado enquanto estranho e anormal. Aquele prisioneiro de um tempo “abjeto”.

A adolescência é o padrão (ou caráter) psicológico, moral e estético no qual o jovem é lançado à sua própria sorte. Representante da mera vida – sem política e sem ética – das festas aos *shoppings*, das gangues às tribos, os jovens são postos em “campos”, como se precisassem de um espaço especialmente “recortado” para eles. Esse espaço é o do mercado (o *shopping*) para os ricos e o da periferia para os pobres. A inclusão-exclusão constitui uma espécie de “zona de exceção” que explica tanto os campos “mercado”, quanto “periferia” como lugares que permitem localizar – e confinar – os corpos e suas expressões, que permite “enquadrar” a vida jovem em uma curiosa organização jurídica. É a ideia de adolescência que, incidindo sobre a vida jovem em geral, como “ideal” manipulável da vida jovem, é ela que permite esse “enquadramento”, essa construção do “campo” em que os corpos serão incluídos/excluídos, em que o desregramento possa ser controlado. Adolescência é, portanto, a “verdade” ontológica que define a possibilidade de uma regra construída a partir de uma exceção. Estado de exceção é, a propósito, “a estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão” (Agamben, 2002, p. 12).

O chamado “jovem infrator” teria relação com o que chamo aqui de “adolescência” enquanto figura epistemológica da “vida nua”? Poucos estudos em sociologia, tais como o de Sérgio Adorno (Adorno *et al.*, 1999), usam o termo adolescência e adolescente relacionando-os à criminalidade ou à violência, lembrando que a associação entre *juventude* e *delinquência* já estava presente no modelo *storm and stress* (“agitação e tensão”), formulado originalmente por Stanley Hall (1907). Em permuta com o termo jovem, esse estudo expande o sentido de adolescência para o todo dos criminosos jovens. Na pesquisa em questão, a faixa etária reúne adolescentes (entre 12 e 18) e jovens (entre 18 e 21) em um só grupo de 12 a 21 anos. Aspecto importante dessa pesquisa é a revelação de que “os jovens não são nem mais nem menos violentos do que

o comportamento agressivo da população em geral”. No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 ajuda a levantar a representação social da delinquência ligada à adolescência, nos obrigando a questionar a institucionalização do chamado “jovem infrator” nas escolas-cárcere que põe em jogo o debate atual de uma redução da maioridade penal.

A estrutura da cisão construída sobre a “identidade” de pessoas reclusas em um tempo-espaço, uma idade-medida, é o que cabe questionar. Nesse sentido, o que estamos tentando demonstrar é que a adolescência é um lugar-comum, enquanto lugar biopoliticamente definido, cujo interesse de fundo é a velha produção do monstro como culpado. A vítima é o que deve ficar oculto para que o estado da questão continue como está.

## Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. 1985. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 251 p.
- ADORNO, S.; BORDINI, E.B.T.; LIMA, R.S. de. 1999. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4):62-74.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400007>
- AGAMBEN, G. 2002. *Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 200 p.
- BENJAMIN, W. 1991. *Para uma crítica de la violencia y otros ensayos: Iluminaciones IV*. Madrid, Taurus, 164 p.
- COHEN, J.J. 2000. A cultura dos monstros. Sete teses. In: T.T. SILVA, *Pedagogia dos monstros. Os prazeres e os perigos da confusão das fronteiras*. Belo Horizonte, Autêntica.
- FOUCAULT, M. 1999. *História da Sexualidade*. 13a ed., Rio de Janeiro, Graal, 152 p.
- FOUCAULT, M. 2001. *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 479 p.
- FREUD, S. 2010. O Inquietante. In: S. FREUD, *Obras Completas, volume 14*. São Paulo, Companhia das Letras, 329 p.
- HALL, G.S. 1907. *Adolescence, its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*. New York, D. Appleton and Company. Disponível em: <https://archive.org/details/adolescenceitps02halluoft>. Acesso em: 05/11/2013.
- LANDIS, J. 1981. Um lobisomem americano em Londres. Grã-Bretanha/Estados Unidos. Universal Pictures, 97 min.
- LESKO, N. 1996. Denaturalizing Adolescence: The Politics of Contemporary Representations. *Youth Society*, 28(2):139-161. Disponível em: <http://yas.sagepub.com/content/28/2/139>. Acesso em: 04/11/2013.  
<http://dx.doi.org/10.1177/0044118X96028002001>
- MELO, M.C.H. de; CRUZ, G. de C. 2012. Adolescência e Estigma no Cotidiano Escolar: Reflexões à luz de Goffman e Bordieu. In: ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, IX, Caxias do Sul, 2012. *Anais...* Caxias do Sul, UCS, p. 1-16. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1089/704>. Acesso em: 05/11/2013.
- MUUSS, R. 1976. *Teorias da adolescência*. Belo Horizonte, Interlivros, 144 p.

- SAVAGE, J. 2009. *A Criação da Juventude. Como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro, Rocco, 560 p.
- SOARES, R. 2000. Adolescência: Monstruosidade cultural? *Educação e Realidade*, 25(2):151-159.
- SPAGNOL, A.S. 2008. *Jovens Perdidos. Um estudo sobre jovens delinquentes na cidade de São Paulo*. São Paulo, Annablume, 222 p.
- SPIVAK, C.G. 2010. *Pode o Subalterno falar?* Belo Horizonte, UFMG, 133 p.
- SPOSITO, M.P. 1997. Estudo sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6):37-52. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05\\_6/RBDE05\\_6\\_06\\_MARILIA\\_PONTES\\_SPOSITO.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_06_MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf). Acesso em: 05/11/2013.
- SPOSITO, M.P. 2009. *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira - Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte, Argumentum, 276 p. Disponível em: [http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/EstadoArte-Vol-1-LivroVirtual\\_0.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/EstadoArte-Vol-1-LivroVirtual_0.pdf). Acesso em: 13/12/2013

Submetido: 09/11/2015

Aceito: 07/01/2016